

A Réplica de Rui Barbosa e a Emergência de uma Gramática Brasileira

Jairo Nunes

Universidade de São Paulo

Rui Barbosa Chair on Brazilian Studies 2007, Leiden University

1. Introdução*

Um dos mais vigorosos debates na primeira metade do século XX no Brasil envolveu a famosa *Réplica* de Rui Barbosa (Barbosa 1902). No decorrer da *Réplica*, Rui exibe um impressionante conhecimento sobre estudos **linguísticos** que estavam sendo desenvolvidos na época. Seu conhecimento detalhado das mudanças **linguísticas** por que o Português tinha passado não impediou, no entanto, que ele deixasse de reconhecer que o que ele percebia como defeitos da linguagem de seu tempo era, na verdade, reflexo de uma nova gramática que estava tomando forma no Brasil naquela época:

“Não sou dos que precisem de ser cathechizados á verdade scientifica da evolução dos idiomas. Meu trato dos antigos escriptores não me levou ao fetichismo da antiguidade vernacula, (...) não me divorciou dos estudos hodiernos sobre as leis da vida organica nas linguas. (...) Usado a buscar nas fontes antigas os veios preciosos do oiro fino, que ellas escondem ao modernismo pretencioso e ignaro, amo e uso tambem a linguagem de meu tempo, esforçando-me, entretanto, por lhe evitar os defeitos.” (*Repl.*, 38)

Com a *Réplica*, Rui consolidou sua reputação de grande erudito em questões de língua e gramática, tornando-se um dos maiores ícones de purismo **linguístico**. Este trabalho discute a visão de Rui sobre língua expressa na *Réplica*, examinando sua **posição** em relação a algumas

* Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Marianne Wiesebron por seu inestimável trabalho enquanto Coordenadora da Cátedra de Estudos Brasileiros *Rui Barbosa*, da Universidade de Leiden. Graças a ela, estabeleceu-se um intercâmbio acadêmico extremamente frutífero entre pesquisadores brasileiros e holandeses. Gostaria de agradecer também a Raquel Santos e Ilza Ribeiro por comentários e sugestões sobre o

propriedades sintáticas típicas do português brasileiro.

O texto está organizado da *seguinte* forma. A seção 2 descreve brevemente o contexto histórico em que a *Réplica* foi escrita do modo a permitir que o leitor possa entender melhor as razões que subjazem à intensidade e à contundência das observações de Rui. A seção 3 apresenta a posição de Rui em relação a três propriedades sintáticas do português brasileiro: a ordem sujeito-verbo, o uso do pronome interrogativo *o que* e a colocação de clíticos (pronomes átonos). Finalmente, a seção 4 conclui o artigo.

2. A Visão de Rui Barbosa sobre o Português Brasileiro Expressa na *Réplica*

Em 1989, o ministro Epitácio Pessoa solicitou que o jurisconsulto Clóvis Bevilaqua escrevesse uma primeira versão para o Projeto do Código Civil Brasileiro. Essa primeira versão foi modificada por uma comissão de congressistas e publicada em janeiro de 1902. Em fevereiro, foi então remetida ao Professor Carneiro **Ribeiro**, eminente gramático que tinha sido professor de Rui, para revisão dos aspectos gramaticais. Em abril Rui apresentou um parecer sobre as modificações de Carneiro Ribeiro, tendo sido publicado em julho. Seguiram-se duas reações a esse parecer. O primeiro foi um texto de Carneiro Ribeiro intitulado “Ligeiras Observações sobre as Emendas do Sr. Rui Barbosa”, publicado em outubro. Em novembro foi a vez do deputado Anísio de Abreu com sua “Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa”. Em dezembro, Rui publica sua monumental (599 páginas!) *Replica do Senador Ruy Barbosa ás Defesas da Redacção do Projecto da Camara dos Deputados*, em que usa todo o seu talento argumentativo para defender seus pontos de vista e demolir as objeções de seus oponentes, com singular ironia (veja-se Moura 1997 para detalhes adicionais).

Os leitores de hoje se surpreendem com o fato de um debate tão acalorado e intenso ter sido desencadeado por uma “mera” questão de correção gramatical. Entretanto, essa era uma questão extremamente sensível na virada do século XIX para o XX, dada sua íntima relação com os novos conceitos de nação trazidos à baila com o estabelecimento de um sistema político republicano. Um tema recorrente junto aos círculos intelectuais da época era a questão se a jovem nação dispunha ou não de uma língua própria – uma língua brasileira (veja-se Pimentel Pinto 1978 para uma discussão bastante iluminadora). A posição de Rui foi expressa de modo cristalino nas páginas da *Réplica*, como ilustrado pelos seguintes excertos:

“Na ‘vergonhosa metamorphose por que está hoje passando o português’ (...) entre nós, ‘homens aliás mui instruidos, verdadeiros sabios em outras materias,

commetem crassos erros de linguagem'. (...) Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de **ALENCAR** e outros menores, ‘**o dialecto brasileiro**’, todas as mazellas e corruptelas do idioma que nossos paes nos herdaram, cabem na indulgencia plenaria (...) do desprezo da grammatica e do gosto.” (*Repl.*, 297)

“Aquellos que (...) habituaram o ouvido a essa lingua bastarda, a esse dialecto promiscuo (...) acabam por suppor seriamente mais clara essa miscellanea amorpha (...) e rude, esse português mistiço de entre lobo e cão” (*Repl.*, 297)

Especificamente em relação ao texto do Projeto para o Código Civil depois das intervenções de Carneiro Ribeiro, Rui não esconde seu desdém:

“Havia-lhe na physionomia muito mais do tal **dialecto** que da lingua portuguesa. Tentei approximal-o da lingua. Conto que m’o não perdoem os apaixonados do dialecto.” (*Repl.*, 39)

Na próxima seção, examinaremos como essa visão sobre o português **brasileiro** se reflete em suas análises específicas de três fenômenos **linguísticos**, que são ilustrativas do tom do debate como um todo.

3. Acuidade Acadêmica como uma Arma Retórica

Em várias partes da *Réplica*, Rui recorre à noção de **vernaculidade** (as propriedades inerentes de um idioma) para argumentar a favor de suas análises. Um exemplo claro envolve sua discussão sobre a ordem sujeito-verbo **ou** verbo-sujeito em orações adjetivas. (1) abaixo reproduz o texto original do Projeto e (2) a correção de Carneiro Ribeiro:

(1) “logar onde ella estabelege de modo definitivo a sua residencia”

(2) “logar em que estabelege ella de modo definitivo a sua residencia”

A crítica de Rui às mudanças em (2) está baseada na propriedade da eufonia vernacular, a saber, o fato de algumas **sequências** soarem bem formadas, enquanto outras não:

“Qual a vantagem do **em que** sobre o **onde**? A vantagem do **estabelege ella**

sobre o **ella estabelece?** (*Repl.*, 89) (...) “No ‘em que ella estabelece’ a euphonia é perfeita. Mas o ‘em que estabelece ella’ sensivelmente a offende.” (*Repl.*, 90)

As observações de Rui estão em consonância com estudos **linguísticos** sobre a história do português brasileiro. Andrade Berlinck (2000), por exemplo, documenta uma queda significativa na **frequência** da ordem verbo-sujeito no português brasileiro no século XIX. De fato, nenhum falante de português brasileiro hoje discordaria de Rui em tomar a ordem original em (1) como muito mais aceitável que a ordem em (2).

Entretanto, a maioria dos **seus argumentos na verdade** desconsideram se as sentenças relevantes soavam bem aos ouvidos dos falantes nativos de português brasileiro na época. Considere, por exemplo, a escolha entre *o que* e *que* usado como pronome interrogativo. Estudos **linguísticos** têm mostrado que *o que* começa a substituir *que* em português brasileiro no século XIX (veja-se e.g. Lopes-Rossi 1993), o que permite conjecturar que a forma *o que* deveria ser julgada como mais eufônica pelos falantes do começo do século XX. Rui, no entanto, toma como **critério** decisivo para essa escolha seu uso em português arcaico (!):

“Não ha justificação vernacula, que se enxergue, para a anteposição desse **o** ao **que** nas interrogações. Quasi nenhum exemplo della se encontra nas mais antigas fontes” (*Repl.*, 113) “Concluo eu, portanto, (...) que a expressão **o que**, interrogativamente usada, é **incorrecta**.” (*Repl.*, 153)

Essa opção não parece, entretanto, ser inocente, pois se relaciona a uma disputa filológica específica com Carneiro Ribeiro, que dava preferência a *o que*. Como argumento para sua posição, Carneiro Ribeiro tinha citado a sentença em (3), que ele atribuiu ao sermonista barroco Vieira.

(3) “O que dirão a isso os todo poderosos do mundo?”

Através de uma pesquisa filológica bastante meticulosa sobre o uso de *que* e *o que*, Rui mostra em sua resposta que Carneiro Ribeiro tinha na verdade errado em sua citação:

“Esse exemplo é falso. Vieira escreveu exactamente **do modo contrario**, **exactamente como eu sustento que sempre se deve escrever**.” (*Repl.* 112)

“Que dirão agora a isto os todos poderosos do mundo?”

“Essa a verdadeira phrase de Vieira (...) Tral-a a edição antiga, no vol. VI (sexta parte), **Sermão da Terceira dominga Post Epiphaniam**, p. 309, n.278. Reprodul-a a segunda edição, a moderna, de 1855, no vol. IV, p. 279.”(Repl.,112)

Para grande embaraço de Carneiro Ribeiro, Rui então usa esse erro de citação para questionar sua credibilidade acadêmica em geral:

“Que fé nos podem merecer de ora avante as citações do professor **Carneiro**? (...) Como nos certificarmos da fidelidade das outras?”(Rep.,113)

Consideremos por fim o tópico que tem dado margem a discussões sem fim desde o século XIX e que mereceu atenção especial na *Réplica*: a colocação de clíticos (pronomes átonos) em português brasileiro. Os clíticos têm propriedades **fonológicas e sintáticas** diferentes em português europeu e em português brasileiro: são fonologicamente dependentes de elementos à sua esquerda em português europeu (veja-se e.g. Brandão de Carvalho 1989) e de elementos à sua direita em português brasileiro (veja-se e.g. Nunes 1993). Isso explica, por exemplo, por que o português europeu não admite que os clíticos possam ser precedidos por uma pausa ou começar uma oração, ao contrário do português brasileiro, que admite ambas **as possibilidades, como respectivamente** ilustrado em (4) e (5), em que * registra inaceitabilidade.

(4) *Português europeu:*

- a. *João tinha, se não me falha a memória, me dado um livro
- b. João tinha-me, se não me **falha a memória, dado um livro**
- c. *Te telefono amanhã
- d. Telefono-te amanhã

(5) *Português brasileiro:*

- a. João tinha, se não me falha a memória, me dado um livro
- b. *João tinha-me, se não me falha **a memória, dado um livro**
- c. Te telefono amanhã
- d. *Telefono-te amanhã

Como se poderia esperar a partir da sua visão sobre o português brasileiro citada na seção 2, Rui também assume uma posição conservadora em relação à colocação de clíticos, com inúmeras páginas de exemplos de autores clássicos. E, novamente, sua noção de eufonia não leva em consideração a língua de seu tempo. Ele, por exemplo, censura Carneiro Ribeiro por não admitir construções que já haviam desaparecido do português séculos antes (veja-se e.g. Williams 1938):

[Carneiro Ribeiro chega] “ao extremo de rejeitar como antiquada a intercalação euphonica do **n** em locuções como estas: Quem **no** diria? Quem **no** creria?”
(*Repl.*, 342)

E semelhantemente ao que vimos antes em relação à escolha entre *o que* e *que*, a pesquisa de Rui sobre colocação de clíticos deixa seus adversários numa posição quase hilária. Em primeiro lugar, ele usa as próprias lições de Carneiro Ribeiro sobre colocação de clíticos para rejeitar a sentença em (6) abaixo, com o clítico *se* em início de oração, que constava do projeto original e não foi corrigida por Carneiro Ribeiro em sua revisão:

- (6) “Se a simulação for absoluta (...) e for assim provado a requerimento de algum dos contrahentes, se julgará o acto inexistente”

“A essa construção opus eu esta lição categorica do professor CARNEIRO: **NÃO SE COMEÇA PHRASE ALGUMA** em portuguez pelas variações pronominaes obliquas **me, te, se, lhe, lhes, nos, vos, o, a, os, as.**” (*Repl.*, 55)

Além disso, Rui desqualifica a crítica de Anísio de Abreu apontando casos de hipercorreção envolvendo colocação pronominal na própria *Resposta* de Abreu, como ilustrado em (7), em que o clítico *se* deveria preceder o verbo):

- (7) “na historia do trabalho **a que a comissão dedicou-se**” (*Repl.*, 31)

“(...) bastariam para nos dar mostra as suas bellezas de arte, ao colocar dos pronomes” (*Repl.*, 31)

Mas o alvo principal de Rui continua sendo seu antigo mestre, Carneiro Ribeiro. Rui examina cuidadosamente a gramática escrita por Carneiro Ribeiro, registrando cada inconsistência em relação à colocação pronominal. Sua conclusão é a seguinte:

“Mas ninguem, ninguem errou jamais em tanta maneira, copiosamente, espalmadamente, como o dr. **CARNEIRO** na collocação dos pronomes.”

(*Repl.*, 182) “Cincoenta vezes, quando menos, errou, portanto, o dr. **CARNEIRO**, na sua **Grammatica Philosophica**, a collocação dos pronomes.”

(*Repl.*, 183)

Os trechos citados acima demonstram bem não só a grande erudição filológica de Rui, como também sua grande **habilidade** de transformar o resultado de suas pesquisas em uma demolidora arma retórica.

4. Observações Finais

Fica tácito em toda a discussão gramatical na *Réplica* um conflito envolvendo a paixão entusiasmada de Rui pelos clássicos, seu **impressionante** conhecimento técnico de estudos gramaticais, seu reconhecimento de que as línguas mudam e sua visão conservadora sobre os resultados de tais mudanças no caso do português brasileiro. Uma vez que ele claramente não nutria simpatia por alguns desses resultados, ele se opôs fortemente a descrever tais resultados como **brasileiros**, como fica sintetizado na seguinte passagem da *Réplica*:

“O projecto (...) estaria escripto nisso a que chamam de **brasileiro**: em português, não está. Direi que o estaria em **brasileiro**, a querermos enxoalhar, contra a minha opinião, este adjetivo, associando-o ao abandono dos bons modelos da linguagem, cuja historia, cujos monumentos e cujos destinos se entrelaçam com os da nossa raça e os da nossa nacionalidade.” (*Repl.*, 298)

Em outras palavras, é em última instância baseado em sua perspectiva nacionalista que Rui Barbosa combativamente lutou contra o que ele via como “defeitos” da língua de seus dias. Não deixa de ser irônico que um século mais tarde, muitos **desses** “defeitos” se tornaram pilares de uma genuína gramática brasileira e são no momento objeto de intensa investigação **linguística**.

Referências

Andrade Berlinck, Rosane. 2000. Brazilian Portuguese VS Order: A Diachronic Analysis. In Mary Kato and Esmeralda Negrão (eds.): *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, 175-194. Vervuert, Frankfurt am Main.

- Barbosa, Ruy. 1902. *Replica do Senador Ruy Barbosa ás defesas da redacção do Projecto da Camara dos Deputados*. Trabalho da Comissão especial do Senado, Separata das Pandectas Brasileiras.
- Brandão de Carvalho, Joaquim. 1989. Phonological Conditions on Portuguese Clitic Placement and Syntactic Evidence for Stress and Rhythrical Patterns. *Linguistics* 29:405-436.
- Lopes-Rossi, Maria Aparecida. 1993. Estudo Diacrônico sobre as Interrogativas do Português do Brasil. In Mary Kato e Ian Roberts (orgs.): *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*, 307-342.
- Moura, Américo de. 1997. Rui e *A Replica*. In Virgínia Lacerda (ed.): *Rui Barbosa: Escritos e Discursos Seletos*, 879-901. Nova Aguilar, Rio de Janeiro.
- Nunes, Jairo. 1993. Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In Mary Kato e Ian Roberts (orgs.): *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*, 207-222.
- Pimentel Pinto, Edith. 1978. *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos 1 – 1820/1920 – Fontes para a Teoria e a História*. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro; EDUSP, São Paulo.
- Williams, Edwin. 1938. *From Latin to Portuguese: Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.